

Em jogo os rumos da austeridade

Economia - Brasil

GAZETA MERCANTIL - 3 JUL 1985

por Celso Pinto
de Brasília

Está nas mãos do presidente José Sarney e de sua assessoria econômica pessoal a responsabilidade principal pela articulação final do pacote de ajuste econômico. O papel de arbitragem direta do Planalto cresceu na mesma proporção em que permaneceram distantes as concepções da Secretaria do Planejamento e do Ministério da Fazenda.

Grosso modo, pode-se dizer que permanece ainda em aberto uma diferença de pelo menos Cr\$ 12,5 trilhões no acerto das contas deste ano. Mais do que cifras, contudo, o que está em jogo é, em larga medida, a própria concepção da política econômica. A Fazenda gostaria que o acerto fosse feito basicamente através de cortes de gastos; a Seplan preferiria debitar boa parte da conta em recomposição de tarifas públicas. O Planalto está

operando com hipóteses intermediárias.

O ministro Francisco Dornelles está convencido de que o que está na mesa junto com o pacote é a chance de êxito da política econômica que ele concebeu e está pondo em prática. Acha vital a rápida aplicação de cortes significativos nos dispêndios públicos, mas, como disse a um interlocutor, sente-se decepcionado e agastado com o baixíssimo grau de adesão a um efetivo programa de ajuste.

Dornelles, segundo este interlocutor, reclama não ter tido, até agora, nenhum respaldo parlamentar para as medidas duras que considera indispensáveis. Os políticos, de forma geral, têm-se concentrado mais em pedir subsídios, novos gastos ou o repúdio das dívidas interna e externa. Ele também se ressentiu de um posicionamento mais decidido do Executivo.

O controle de preços, dentro da concepção de

Dornelles, deve ser uma linha auxiliar. Para que seja eficaz, precisa ser acompanhado de um decidido esforço de ajuste do setor público. Se este ajuste não estiver claramente embutido no pacote, supõe o ministro, a eficácia da política de controle de preços poderá ruir a curto prazo. Em menos de um mês, o acúmulo de pressões poderia comprometer as metas de inflação. Sem esta demonstração de vontade de ajustar-se, de outro lado, ficaria muito difícil fechar um acordo com o FMI e os bancos, acredita Dornelles.

Um assessor do ministro explicou a este jornal que a intenção é tentar fazer, de fato, uma "desindexação" gradual via controle de preços. Tal desindexação começou a ser aplicada no setor público e nos setores oligopólicos — os que embutiam mais "gorduras" para uma ação imediata. Sua face prática dá-se pela política de reajustar os preços aquém da variação inflacionária.

Se esta estratégia for bem sucedida, uma segunda etapa seria deslançada a partir do início do próximo ano. A desindexação seria aprofundada através, por exemplo, do espaçamento maior dos reajustes.

Para que isto dê certo, no entanto, duas condições são essenciais: que haja efetivo corte no déficit do setor público e que não haja reajustes acentuados de tarifas. Em suma, que não se opere — ou se limite ao mínimo — a "recomposição de tarifas" pedida pela Seplan e pelo FMI.

Estas questões substantivas têm impedido aproximações de posições entre a Seplan e a Fazenda. Não foram fáceis as discussões, na sexta-feira, entre Dornelles, João Sayad, Roberto Gusmão e o presidente. Complicou, também,

(Continua na página 5)

O dólar subiu ontem 3% no mercado paralelo de câmbio, atingindo novos níveis recordes. A alta já começou de manhã, segundo os operadores, por causa da transferência de recursos provenientes das cadernetas de poupança. E recebeu um novo impulso quando começaram a circular os rumores sobre a saída de Francisco Dornelles do Ministério da Fazenda. No final do dia o dólar foi vendido entre Cr\$ 7.600 a Cr\$ 7.650 em São Paulo e atingiu no Rio a taxa de Cr\$ 7.700.

(Ver página 14)

Quarta-feira, 3 de julho de 1985 — GAZETA ME

• Nacional

PACOTE TRIBUTÁRIO

Em jogo os rumos da austeridade

por Celso Pinto
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

a polêmica aberta com a intenção da Fazenda — rejeitada pela Seplan — de não corrigir as tabelas do Imposto de Renda para pessoas físicas em julho. A ideia da Fazenda era gerar, com isto, uma receita de pelo menos Cr\$ 5 trilhões e um desaquecimento na demanda, excitada por recentes recomposições salariais dos setores público e privado. Houve forte reação política e o presidente Sarney acabou decidindo afastá-la de cena, embora assessores seus a defendessem.

Para se entender o que está ainda em jogo em relação ao pacote, é preciso conhecer os números básicos. A cifra central, de Cr\$ 108,8 trilhões, é a que, nas contas da Fazenda, mede o "déficit de caixa" previsto para este ano. Não é um número pacífico. Muitos contestam os critérios para sua apuração e a sua amplitude. O próprio Banco Central, aliás, num trabalho recente, reservado, deixou claro que o déficit de caixa "não media nem pretendia medir" o déficit do setor público. Para isto, seria preciso aplicar várias correções. A conclusão do Banco Central — neste ponto plenamente endossada pela Seplan — é que a melhor medida do déficit público continua sendo o "déficit operacional" do FMI, e que prevê um buraco potencial de Cr\$ 70 trilhões neste ano.

Seja como for, houve um esforço do governo, com ajuda dos técnicos do Fundo, para fazer "passagens" entre as duas concepções de déficit. A cifra de Cr\$ 108,8 trilhões acabou sendo o ponto de referência para as discussões internas.

Três itens para cobertura deste buraco de caixa são aceitos por todos, inclusive o FMI. Um deles são os Cr\$ 22,5 trilhões resultantes de uma expansão monetária de 150%. O segundo é a emissão de Cr\$ 12,5 trilhões em títulos públicos para pagar os juros dos títulos em vencimento. Neste caso, há dúvidas: alguns supõem que o total dos juros possa crescer até Cr\$ 18 trilhões. Todos aceitam, contudo, sua rolagem. (As emissões para rolagem do principal da dívida mobiliária também são aceitas sem problemas e estão embutidas nas contas.) O terceiro ponto é a contribuição que o orçamento da União proporcionará, estimada em Cr\$ 15 trilhões. O "float", ou seja, o total de recursos que, embora comprometidos, não serão desembolsados ainda neste ano, deverá gerar Cr\$ 12 trilhões, apenas com a manutenção de sua média histórica. Outros Cr\$ 8 trilhões serão gerados pelas transferências previstas no orçamento da União para o orçamento monetário neste ano. No entanto, como o orçamento da União deverá apresentar um déficit de Cr\$ 5 trilhões, esta contribuição cai para Cr\$ 3 trilhões, que, somados ao

"float", geram os Cr\$ 15 trilhões.

Com isto, o buraco de caixa cai para Cr\$ 58,8 trilhões. A partir daí começam as polêmicas. Cerca de Cr\$ 6 trilhões virão de economias nos gastos com a Previdência (Cr\$ 4,5 trilhões) e cortes no subsídio ao açúcar (Cr\$ 1,5 trilhão). Os Cr\$ 52,8 trilhões restantes terão de se compor entre cortes de gastos, geração de receitas, recomposição de tarifas e mais emissão de títulos e/ou monetária.

O corte básico nas estatais estava fixado em Cr\$ 15 trilhões, idêntico à geração adicional de receita fiscal já anunciada. A Fazenda quer ampliar os cortes e as receitas. A Seplan acha que já fixou o limite "realista" de corte. Como disse a este jornal um assessor do ministro Sayad, "é politicamente difícil até mesmo aplicar, de fato, estes cortes; imaginar outros cortes poderia acabar sendo inexecutável".

A Seplan alinha pelo menos três dificuldades para ampliar os cortes. Há resistências políticas aos cortes e enorme dificuldade em operá-los, devido à fragilidade parlamentar do governo. Em alguns casos, especialmente no setor energético, cortar mais significa inviabilizar o ingresso de recursos do principal financiador do setor, o Banco Mundial. Reduz-se o déficit, mas cria-se um buraco no balanço de pagamentos. A terceira dificuldade é econômica: é irracional aplicar certos cortes que possam afetar a capacidade de produção de estatais. O efeito sobre o déficit pode sair pela culatra.

Apesar da consistência dos argumentos — reconhecida até mesmo por assessores da Fazenda —, o corte poderá ser ampliado. O princípio: como as metas acabam não sendo cumpridas à risca, é melhor que sejam ambiciosas, para poder chegar perto das metas factíveis, do que tentar que sejam realistas e ficarem abaixo do possível.

Apesar da enorme resistência da Fazenda, haverá recomposição de tarifas. Uma cifra provável: Cr\$ 6 trilhões. A Seplan gostaria, também, de incluir mais Cr\$ 4,5 trilhões nas contas de chegar, por conta de uma elevação da expansão monetária de 150 para 180%.

A Fazenda resiste por uma razão central: acha que com 180% o acordo com o FMI fica inegociável.

O resíduo final de todas estas composições terá de ser coberto com emissões adicionais liquidadas de títulos públicos. Esta rubrica não é tão elástica. Pelo que apurou este jornal, a assessoria econômica do Planalto trabalha com uma meta: que a emissão líquida adicional não supere Cr\$ 19 trilhões neste ano, de forma a não pressionar muito os juros. Como Cr\$ 12,5 trilhões deverão cobrir a rolagem dos juros, se esta limitação prevalecer, haverá muito pouco espaço para o acerto final das contas através de títulos.